

Itinerário discursivo da misoginia: arena política, interferência jornalística e “senso de humor”

The discursive route of misogyny: political arena, journalistic interference and “sense of humour”

Patricia Ferreira Neves Ribeiro*

RESUMO

Este estudo investiga imaginários sociodiscursivos do feminino espelhados tanto pelo dito político, quanto pela voz jornalística que o relata. Partimos da suposição de que, ainda na atualidade, a naturalização da violência simbólica contra a mulher é: (i) flagrante em pronunciamento da instância política – que o justifica sob pretexto humorístico; e (ii) condenada por instância jornalística de grande circulação – que o reporta sob viés crítico. Para um exame qualitativo do *corpus*, este trabalho, possuindo como escopo teórico primordial a Análise Semiociológica do Discurso, apoia-se em uma metodologia em tripla dimensão – situacional, discursiva e formal. Além disso, equilibrando-se sob um múltiplo eixo teórico, volta-se ao tratamento de: (i) imaginários sociodiscursivos do feminino, com base, primordialmente, em bell hooks (2019), Bourdieu (2014) e Sarmiento et al. (2019); (ii) representações dos dizeres sob o contrato político e a interferência jornalística, com apoio, principalmente, em Charaudeau (2006a; 2006b) e Marcuschi (1991); (iii) ato humorístico, com o respaldo, sobretudo, de Bergson (1987) e Charaudeau (2006c). A investigação proposta, percorrendo itinerários de violência contra a mulher, parece acenar para a resistência de um sentido hegemônico estereotipado do feminino na arena política, justificado por certo “senso de humor”, e sua contestação pela interferência jornalística.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023nEspecial.1356>

* Universidade Federal Fluminense, patricianeves@id.uff.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9532-0098>

PALAVRAS-CHAVE: Semiolinguística. Imaginários sociodiscursivos. Feminino. Dito político e relato jornalístico. Ato humorístico.

ABSTRACT

This study investigates sociodiscursive imaginaries of the feminine reflected both by the political speech and by the journalistic voice that reports it. The paper starts from the assumption that, still today, the naturalization of symbolic violence against women is: (i) blatant in a political instance pronouncement – which justifies it under a humorous pretext; and (ii) condemned by a wide-circulation journalistic instance – which reports it under a critical bias. For a qualitative examination of the corpus, this work, that is based mainly on the Semiolinguistic Discourse Analysis as theoretical scope, presents a triple dimension methodology – situational, discursive and formal. In addition, by proposing a multiple theoretical axis, the paper also addresses the topics of: (i) sociodiscursive imaginaries of the feminine, based primarily on bell hooks (2019), Bourdieu (2014) and Sarmento et al. (2019); (ii) representations of sayings under the political contract and journalistic interference, based mainly on Charaudeau (2006a; 2006b) and Marcuschi (1991); (iv) humorous act, supported mainly by Bergson (1978) and Charaudeau (2006c). The suggested investigation, covering itineraries of violence against women, seems to point to the resistance of a stereotyped hegemonic sense of the feminine in the political arena, justified by a certain “sense of humor”, and its contestation by journalistic interference.

KEYWORDS: Semiolinguistics. Sociodiscursive imaginaries. Feminine. Political speech and journalistic report. Humorous act.

Dos percursos de violência contra a mulher em vozes sociais

Não me venha falar na malícia de toda mulher

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é

(COSTA, 1982)

Frases extraídas do Jornal *O Globo*, de 10 de novembro de 2017, como as em destaque: (i) *O termo feminicídio foi a coisa mais idiota que já inventaram, o correto é homicídio doloso*; (ii) *Crime é crime, não existem*

diferenças! Vale pra todos, homens, mulheres, gays; (iii) *Pra que inventam feminicídio se o ato de matar alguém independente do sexo já se caracteriza como um homicídio?* (FILHO, 2017), acusam a impaciência de muitos leitores não só frente à necessidade de se tipificar, linguisticamente, assassinatos contra a mulher, como também diante da instauração da própria Lei Brasileira 13.104 (2015), que, tendo criado a tipificação, aumentou também a pena para seus autores.

Tais comentários ensejam uma ideia contundente. Preconceitos e violências de cunho sexista, ao lado, por exemplo, dos de cunho étnico, dão abertura ao fato de que ser mulher é apenas mais uma categoria como outra qualquer, não sendo merecedora, pois, de tratamento especial.

No entanto, é necessário ressaltar a gravíssima estatística de assassinatos de mulheres no mundo e, especialmente, no Brasil, sob a perspectiva do gênero. De acordo com o *Mapa da Violência Contra a Mulher de 2018*, 13 mulheres foram mortas por dia no país no referido ano, seja por conta das limitações à sua emancipação profissional, social ou intelectual, seja em razão de manifestações de ódio contra elas.

Soma-se a esse quadro estatístico o atestado pelo relatório de 2021 emitido pelo DataFolha e intitulado *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Desse documento, apreende-se que, durante o período da pandemia do novo coronavírus (entre 2020 e 2021), 4,3 milhões de mulheres brasileiras (de 16 anos ou mais), isto é, 6,3% foram agredidas fisicamente em seus lares. Além disso, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*, embora os feminicídios tenham caído em 2021, outras formas de violência contra meninas e mulheres cresceram nesse mesmo ano.

Como saldo desse quadro frequente, recai, em geral, certa invisibilidade sobre o alvo e sobre a motivação para o crime. Assim, tipificar especialmente o feminicídio colabora para a instauração de políticas públicas na direção de se buscar combater o problema. Ao mesmo tempo, essa mesma necessidade de tipificação revela a urgência de se continuar pondo em cena

reflexões sobre percursos de violência contra a mulher em razão, sobretudo, de gênero; reflexões essas tecidas em território nacional e estrangeiro.

Para ilustrar, em campanha internacional contra a violência, o artista plástico italiano Alexandre Palombo vem exibindo hipotéticas imagens desfiguradas de mulheres de expressão mundial, como Brigitte Macron e Michelle Obama, para denunciar situações de violência sofridas por milhares de mulheres em todo o planeta. Também, ao longo do ano de 2022, exposições mundo afora tematizaram o papel da mulher na luta contra a violência de gênero. Dentre elas, destacam-se a mostra “Presenças Invisíveis”, que teve sede no Museu da Justiça do Rio de Janeiro; a performance coletiva “Mulher não é tambor”, que atravessou o centro de Guiné-Bissau; e a exposição fotográfica “*Une sur trois*”, ocorrida no *Espace Beaurepaire* em Paris, no quadro da Jornada Internacional de Luta contra a Violência de Gênero.

Face a esse contexto, este trabalho¹ emerge como mais uma voz desejosa por refletir sobre tais itinerários de violência contra a mulher. Atinentes a uma representação do feminino, esses caminhos de agressão, especificamente em relação a terras brasileiras, parecem oriundos de uma programação cultural da nossa sociedade. Eis o que afirma o escritor Luiz Ruffato, em entrevista concedida à *Revista Estudos de Literatura Brasileira* e intitulada “O Brasil é um país extremamente machista”:

eu antigamente pensava sinceramente que se tratava de uma questão de educação, e hoje eu tendo a não achar mais isso; é uma questão cultural. Nós somos machistas, nós temos uma dificuldade enorme em lidar com essa mulher nova, que ocupa um lugar no mercado, que tem independência, que é uma mulher intelectual. Eu acho que isso é muito claro para mim, *que nós não sabemos lidar com essa nova mulher*. (GRÜNNAGEL; WIESER, 2015, p. 383)

1 Este artigo é uma pequena parte da pesquisa de pós-doutoramento da autora, realizada, na França, ao longo dos meses de setembro a dezembro de 2022, sob a supervisão do professor emérito da Universidade Paris XIII e criador da Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, Patrick Charaudeau.

Essa lida “desastrada” com o feminino – a que se refere Ruffato – supõe-se figurar, de modo recorrente, em notícias publicadas pela imprensa brasileira. De modo particular, ainda na atualidade, parecem ser flagrantes, em *ditos relatados* (por diferentes jornais país afora) *de vozes da política nacional*, enunciações – curiosamente filtradas pelo fio do humor – de ataque à mulher.

Em vista dessa recorrência de dizeres de conotação misógina, o ataque ao feminino, divulgado em larga escala via *(re)enunciação da voz política* por jornais brasileiros, surge como fato de grande interesse para estudo. Sua investigação mostra-se essencial para se dar consciência ao necessário combate a qualquer forma de violência contra a mulher. Além disso, responde a uma vontade de ajudar as sociedades a pensarem a problemática do feminino e sua estereotipagem. Isso na convergência com dizeres de personagens políticas, que são, pelo discurso jornalístico, reportados.

Sob esse enquadramento, este estudo, embora tenha um papel político, assume também uma feição teórica. Trata-se de pesquisa que se compromete a elucidar recursos linguístico-discursivos – na voz política original e reportada pelos jornais – que colaboram para a reprodução da violência contra a mulher, seja em relação ao seu apagamento/aniquilamento ou à filiação a estereótipos de gênero. Nesse sentido, é trabalho que intenta preencher uma lacuna referida por Steeves (1987 apud SARMENTO et al., 2019, p. 132) sobre análises feministas de mídia, qual seja a de que “esses estudos, por vezes, têm uma função política muito maior do que teórica, dado que falham em clarear dispositivos textuais e imagéticos”, reprodutores das desigualdades.

Assim, o trabalho em tela assume como objetivo mais amplo investigar dizeres de figuras políticas nacionais acerca do feminino, relatados, em segundo plano, no escopo do domínio jornalístico, com vistas a assinalar representações discursivas estereotipadas da mulher. Representações essas, a propósito, atravessadas, muitas vezes, por um filtro humorístico. Além disso, esta pesquisa visa esclarecer as relações de força postas em jogo, frente a

projeções imaginárias do feminino, pela voz não só da própria figura política, como também da própria instância jornalística que a reporta.

Assim, esta pesquisa é motivada pelo desejo de se integrar a trabalhos que vêm contribuindo, efetivamente, com estudos mais recentes, realizados no Brasil e no exterior, acerca de três eixos temáticos e seus mecanismos linguageiros correspondentes. São eles: (i) dito político original acerca do feminino e seu relato pela instância midiática; (ii) imaginários sociodiscursivos que anunciam a forma como sujeitos da política e da mídia jornalística relacionam-se com o lugar social ocupado pela mulher; (iii) ato humorístico subjacente ao dizer político de conotação misógina.

Alicerçando-se sob esse triplo eixo temático, a investigação tem por meta mais ampla, como já exposto, problematizar a circulação de dizeres sobre o feminino em domínio político que acabam por ser reportados pela mídia jornalística. Assim, reconhecendo que os já-ditos de interesse nesta pesquisa – aqueles que atravessam as falas reportadas de políticos no domínio jornalístico – são gestados por imaginários sociodiscursivos sobre a mulher, ao mesmo tempo que os projetam, este trabalho assume uma importante intenção.

Pretende-se, neste artigo, descortinar como essas projeções imaginárias do feminino constituem e determinam a seleção de diferentes *modos de dizer (enunciar) e de editar (renunciar) o discurso do outro*: (i) do reportado (instância política) ao falar de si e acerca do outro (instância adversária feminina) para o interlocutor (instância cidadã projetada ora como um público-militante fidelizado, ora como um público-cidadão admitido no circuito das promessas eleitorais); (ii) da instância midiática (tomada aqui como os grandes veículos jornalísticos de comunicação do país) sobre o sujeito reportado (instância política) e seu alvo (instância adversária feminina) e para o interlocutor (instância cidadã projetada como público heterogêneo dos jornais).

Assim, no tocante a discursos de violência contra a mulher, a contribuição da pesquisa está em compreender melhor o funcionamento

das relações entre a voz *mediadora da informação* (instância midiática), a voz *política original e reportada* (instância política), a voz *feminina aludida* (instância adversária) e, em último grau, a voz do *leitor projetado* (instância cidadã). Relações essas pautadas nos modos de dizer estabelecidos no âmbito dos domínios político e jornalístico e investigadas para uma apreensão de representações imaginárias do feminino. Nesta pesquisa, tais imaginários sociodiscursivos acerca do feminino são vislumbrados em tempos de grande visibilidade dos discursos de estereotipagem no quadro da misoginia.

1. Dos caminhos teórico-metodológicos para exame do ataque ao feminino

Em vista do que foi delineado, parece já estar claro que, para uma reflexão atual sobre os imaginários sociodiscursivos do feminino, partimos, nesta investigação, do seguinte objeto de estudo: os modos de dizer da instância política sobre mulheres. Tais modos de dizer, parecendo se servir de estratégias linguístico-discursivas produtoras de efeitos de humor – como constataremos adiante –, são mediados pela instância midiática e por sua inevitável interferência, sendo esse, pois, outro ponto de estudo importante.

Dados esses aspectos centrais, faz-se necessário, à confecção do trabalho, adotar uma orientação pautada em múltipla base teórica, em que são conjugadas noções relacionadas a: (i) imaginários sociodiscursivos do feminino, tratados, principalmente, com menção a bell hooks (2019), Bourdieu (2014), Biroli (2011), Gonzalez (1989), Saffioti (1994) e Sarmento et al. (2019); (ii) representações dos dizeres e (iii) contrato de comunicação política e interferência midiática, investigados com apoio em Amossy (2017), Bakhtin (1992), Charaudeau (2006a; 2006b; 2022a) e Marcuschi (1991); (iv) promoção estratégica de efeitos de humor, examinado com o respaldo de Bergson (1987), Charaudeau (2006c), Marques (2021), Possenti (1998) e Travaglia (1989). Por fim, em vista de uma breve reflexão sobre a aplicação do trabalho ao ensino,

convocam-se ideias de Leonor Lopes Fávero (2021), a quem rendemos aqui afetuosa homenagem.

Para a devida exploração desses conceitos, toma-se, como arcabouço teórico-metodológico principal, a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, de Patrick Charaudeau. Essa vertente teórica não apenas possibilita assumir o fenômeno linguageiro – em dimensão situacional – a partir do contrato comunicativo firmado pelos interagentes (no caso desta pesquisa, o da comunicação política sob a midiatização contemporânea), como também oferece parâmetros precisos para uma avaliação da representação dos dizeres. Ou seja, os ditos são avaliados, neste artigo, em atenção às posições dos interlocutores, aos modos de enunciação e às maneiras de relatar (CHARAUDEAU, 2006a), no escopo das dimensões discursiva e formal.

Além disso, trata-se de Teoria que oferece sólida fundamentação para uma apreensão de efeitos de sentido de humor e para uma leitura interdisciplinar das representações sociais, sob a perspectiva do que se denomina imaginário sociodiscursivo.

Sendo pertinente abordar, em linhas gerais, os imaginários sociodiscursivos, este trabalho alinha-se, pois, à Semiolinguística, para a qual tal conceito se define de modo particular. Trata-se de uma atividade substantiva – de ordem afetivo-racional – que simboliza o mundo (relação homem-mundo) pela linguagem. Sob mediação da intersubjetividade (relação homem-homem), o imaginário sociodiscursivo assume a dupla função de criação de valores e de explicação de ações. Estando depositado na memória coletiva, é permeado tanto pela história pessoal quanto pela coletiva, daí seu caráter **social** – sendo assim variável e, potencialmente, gerador de polêmicas e conflitos. Possui ainda caráter **discursivo**, uma vez que sua explicitação está na fala.

Como ressalta Charaudeau, é engendrado “pelos discursos que circulam nos grupos sociais, organizando-se em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva” (2006b, p. 4). Dependendo

do domínio de prática social em que se inscreva, determinado imaginário pode ser valorizado negativa ou positivamente. Além disso, pode circular nas sociedades tanto consciente quanto inconscientemente, conforme se pode atestar pelas palavras do teórico francês:

Isso leva a pensar que os imaginários não são todos conscientes. Alguns podem ser racionalizados por discursos-textos que circulam nas instituições (escolas, constituições de Estados, religiões etc.), lugares de ensino desses imaginários com fins identitários. Outros circulam nas sociedades de maneira não consciente, sendo encontrados nos julgamentos implícitos veiculados pelos enunciados, pelas maneiras de falar, pelos rituais sociolinguageiros, pelos julgamentos de ordem *ética, estética etc.*, **que estão de tal modo assimilados pelos membros do grupo social que funcionam de maneira natural, como uma evidência partilhada por todos** (CHARAUDEAU, 2006b, p. 205).

Compete a esta pesquisa, interessada no imaginário sociodiscursivo do feminino, projetado pela voz política e pelo filtro jornalístico que a relata, investigar, justamente, “os enunciados”, “as maneiras de falar”, “os rituais sociolinguageiros” e os “julgamentos” que parecem colocá-lo em cena de modo (in)consciente. Em continuidade, essa investigação parte da seguinte suposição: os “julgamentos implícitos” sobre a mulher, flagrados na materialidade textual-discursiva do dizer político (que acaba por ser relatado pela mídia jornalística), apontam para um apagamento simbólico/estereotipagem das mulheres. Assim, tais “julgamentos” parecem contribuir para uma construção pejorativa do feminino, sobretudo pelo filtro humorístico que parece estar na base de certos dizeres políticos.

Tal hipótese ancora-se em alguns estudos que, preocupados com a representação de padrões sobre o feminino na mídia, seja nas telenovelas, como o de Lopes e Munglioli (2015); seja nas revistas voltadas à mulher, como o de Ribeiro e Rezende (2021); seja na publicidade, como o de Goffman (1976); seja nas relações entre tecnologia-internet e gênero, como o de Breda (2022), têm mostrado a construção e a permanência de imaginários sociodiscursivos

que apontam para uma (in)visibilidade negativa/estereotipagem das mulheres na mídia em geral.

Em Sarmento et al. (2019), Miranda (p. 153) afirma, ancorada em trabalho sobre estudos de gênero e meios de comunicação, que, através de produtos como novelas, filmes, propagandas e jornais, de forma sutil ou direta e (in)consciente, “é transmitida uma visão parcial e estereotipada das mulheres que difere do seu real papel nas sociedades”. Considera a autora que as mulheres, tendendo a aparecer nos meios em menor proporção que os homens, “quando aparecem, geralmente, tendem a ser retratadas como vítimas, objetos sexuais, coadjuvantes e com menos espaço de fala”.

Estudos político-feministas de mídia voltados mais especificamente para o jornalismo, como os de Norris (1997), Carter et al. (1998) e Byerly (2014), mencionados por Sarmento et al. (2019), têm se organizado de maneira interessante para pensar as relações entre mídia, gênero e política. Os dois últimos trabalhos, ao tomarem, em nível micro, imagens e discursos de representação de mulheres como foco central de estudo e concluírem sobre uma visibilidade depreciativa do feminino nas arenas política e jornalística, inspiram a temática que será analisada neste trabalho.

Aliás, para discutir essa problematização da condição feminina, não será possível a esta pesquisa se furtar de considerar as bases teóricas inaugurais ofertadas por Bourdieu (2014). Segundo o sociólogo, no quadro do que denomina violência simbólica –

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última análise, do sentimento (BOURDIEU, 2014, p. 8) –

resistiria ainda, na sociedade atual, “um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima” (BOURDIEU, 2014, p. 55). Tal tratamento alimentaria o paradigma da naturalização da violência e da perpetuação da desigualdade

entre os gêneros, na contramão do real papel plural da mulher na sociedade de hoje.

Há que se ressaltar aqui que, apesar de ainda se estar distante de uma mudança estrutural quanto à visão do papel da mulher nas sociedades em geral, insurgem-se, paralelamente, em contexto brasileiro, conquistas como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e outros movimentos de “empoderamento” relacionados tanto à luta contra o machismo e a misoginia, quanto a favor do respeito à diversidade feminina. Essas transformações, ainda que tímidas, revelam clara resistência em busca de reconhecimento e legitimidade quanto ao papel da mulher na sociedade. Tal papel se expande para além do espaço doméstico (“do lar”) e do modelo em torno de ser e parecer mulher “bela/recatada” (FERES et al., 2019).

O descortinar de construções pejorativas acerca da mulher, dadas de modo supostamente naturalizado e frequente por vozes políticas (que acabam por ser reportadas em domínio jornalístico), contribui para uma revisão do imaginário sociodiscursivo que as ancora e que circula ainda hoje sobre o feminino. Lembrando que certos imaginários inconscientes podem ascender à consciência no momento em que se tornam passíveis de questionamento, este trabalho busca lançar luzes sobre hierarquias de dominação no cenário atual.

A respeito ainda dessas persistentes configurações hierárquicas de dominação sexista, bell hooks (2019, p. 115) salienta que, para ultrapassá-las, é preciso “encorajar a união política entre homens e mulheres a fim de resistir radicalmente à opressão sexista”. E acrescenta que, para haver a quebra desse ciclo de violência,

homens e mulheres precisam criticar a noção sexista da masculinidade e examinar o impacto do capitalismo em suas vidas – o quanto se sentem degradados, alienados e explorados na força de trabalho. Os homens precisam começar a desafiar as ideias de masculinidade que ancoram a condição de ser homem à habilidade para exercer poder sobre os outros, especialmente por meio da força coercitiva. Esse trabalho, em grande medida, precisa ser feito

por homens que não se portam de modo violento, que renegaram os valores do patriarcado capitalista.

Estereótipos da feminilidade, em circulação pela voz política – a ser reportada pela mídia jornalística –, funcionam como uma “chave interpretativa” (BIROLI, 2011) para a sustentação de posição de poder e de dominação. Suspeita-se que tal chave ganha forma/sentido pelo uso de recursos linguístico-discursivos empregados nas formulações de ditos políticos, sendo esses relatados pelos jornais.

Frente a esse quadro, esta pesquisa debruça-se sobre operações linguageiras evocadas não só pela voz política, mas também pela voz da mídia jornalística que a reporta, considerando, à luz da Semiologia, o dito relatado como uma forma de citação. Neste ponto, há que se reafirmar que este trabalho investiga tanto a instância política e seu dito de origem, quanto as intervenções da instância jornalística que sobre ele (dito relatado) recaem.

Para a avaliação do comportamento enunciativo da instância política e de seu dizer, filiamo-nos à perspectiva de Charaudeau em seu *Discurso Político* (2006b). Para o teórico, a voz política constitui-se, de modo recorrente, em uma encenação dramatizada. Delineada no quadro de convergência entre razão e emoção, obedece à seguinte sequência: (i) descrição de um quadro de desordem social; (ii) indicação de um sujeito como responsável pelo mal estabelecido; (iii) defesa de valores supremos antagônicos aos representados pelo alvo; (iv) reparação do mal, encarnado pelo alvo, com apoio na intervenção do herói, ou seja, do político que se assume como liderança exemplar.

Diante dessa triangulação inerente à dramaturgia focalizada, é possível extrair algumas reflexões associadas a dois pontos importantes para o discurso político: a oscilação entre a ordem da razão e a da paixão na mistura entre *logos*, *ethos* e *pathos*.

Para denunciar (*logos*) o alvo como causa da desordem social, a voz política, em geral, reduz sua argumentação, no quadro da patemização (*pathos*), ao ataque à pessoa, sob a égide da desqualificação do adversário.

Nessa relação entre emoção (*pathos*) e argumentação (*logos*), a instância política chama à cena a nomeada emoção argumentada. Em conformidade com os estudos de Plantin (2011), uma emoção é dita argumentada quando o conflito se baseia sobre um afeto, funcionando este como argumento ou como aspecto intensificador. Assim, para exaltar as ações e o caráter negativo do(a) adversário(a), a instância política o(a) define como desencadeador(a) de estados emocionais negativos. As estratégias de desqualificação da instância adversária que vão nessa direção costumam ser empregadas, frequentemente, por apelo a procedimentos discursivos materializados por certas recorrências formais. Tais procedimentos e recorrências serão objeto de análise nas próximas seções do trabalho.

Frente à argumentação (*logos*) apreendida da voz política, coloca-se em cena, também para análise, a imagem que a instância política projeta de si (*ethos*) no quadro da legitimidade e da credibilidade. Tais aspectos serão também adiante alvo de exame.

Quanto ao discurso relatado, este é assumido, neste artigo, como fenômeno linguístico-discursivo apartado da ideia de se configurar como simples duplicação ou reprodução da palavra reportada. Antes, ainda que as palavras dos outros, no bojo do discurso reportado, tragam consigo sua expressão e seu tom valorativo, abrem-se, inegavelmente, para a assimilação, reelaboração e reacentuação nos novos contextos em que figuram (BAKHTIN, 1992 p. 295).

Essa reelaboração, inerente aos eventos enunciativos, é potencializada quando flagrada em eventos ditos reenunciativos. Neste trabalho, há um particular interesse sobre uma das modalidades de eventos reenunciativos, apreendida sob diferentes formas e produtora de efeitos de sentido diversos. Como já mencionado, trata-se do dito relatado e suas formas singulares de aparição na mídia jornalística.

O dito relatado é definido como ato (re)enunciativo por meio do qual um locutor-relator reporta o dizer de outro locutor (de origem) a um interlocutor que, conforme destaca Charaudeau (2006a, p. 161), não é, em

princípio, o original. Com isso, o locutor-relator torna-se como que um filtro (MARCUSCHI, 1991, p. 75), uma vez que assume o papel de interlocutor e locutor simultaneamente.

A título de ajuste à pesquisa proposta, dir-se-ia que, no domínio jornalístico focalizado, o locutor-relator corresponderia a uma instância midiática (composta por editor, jornalista etc.), ao passo que o locutor de origem seria um sujeito de enunciação da política local (instância política). E, se em um primeiro momento, a enunciação de sua fala (instância política) aludiria a uma mulher (instância adversária) em direção ou a um público-militante fidelizado, ou a um público-cidadão admitido no circuito das promessas eleitorais (instância cidadã), em etapa posterior, passaria – em decorrência da operacionalização (edição/reenunciação) do dito reportado – a dirigir-se ao público heterogêneo da grande mídia jornalística (instância cidadã).

É por esse motivo que é possível afirmar que o discurso relatado resulta da interpenetração de um dito no outro (original e derivado) e da imbricação de locutores e de interlocutores, ora explicitados, ora apagados. Isso traz uma implicação relativa aos quadros situacionais postos em cena, em virtude da promoção de certo deslizamento entre contratos distintos, seja do político, por exemplo, ao jornalístico.

Assim, especialmente nos novos jogos interativos proporcionados pelo discurso reportado na mídia jornalística impressa – distanciados temporal e espacialmente dos eventos comunicativos originais –, passam a figurar identidades discursivas “outras” para os agentes do espaço público dos quais as falas são mais comumente retomadas pela imprensa. E, muito embora seja perceptível a junção de vozes na definição dessa nova identidade do locutor de origem, pode-se produzir, sob o contrato da informação midiática, um efeito de sentido que encaminha o leitor a pensar que a voz manifesta no discurso reportado é, por exemplo, a própria voz desse locutor original.

Sob a ilusão da inexistência de uma coautoria, o projeto discursivo do jornal firma-se, mas pode ser desvendado. Isso pode ocorrer pela exploração

do tipo de enquadramento em que se insere o discurso do locutor de origem, afetado, amplamente, pelas coerções impostas pelo contrato da informação midiática e – mais especificamente – pelos subcontratos de cada empresa jornalística. A esse respeito, Charaudeau (2006a, p. 1) ressalta que “é nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação”.

As formas de intervenção do reenunciador são apreendidas por suas escolhas discursivas, que atualizam o dito original à luz de cada novo contexto. Tais escolhas deixam, inevitavelmente, marcas por todo o texto, seja no nível léxico-semântico, seja em nível morfossintático. E são essas “cicatrizes”, produzidas sobre a superfície textual como marcas indelévels da heterogeneidade enunciativa, que permitem capturar efeitos de sentido ocultados.

No decorrer da análise do *corpus*, será feita a caracterização precisa das operações que permitem a descrição minuciosa do dito relatado. Isso será realizado não só para atestar a posição de quem cita e do destinatário inscrito nessa relação, como também para apurar a avaliação daquele que relata sobre o enunciado citado. Lembramos, com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 393), que o “posicionamento não diz respeito apenas aos ‘conteúdos’, mas às diversas dimensões do discurso”, como o modo de citar.

Tendo abordado sobre alguns pontos teóricos fundamentais ao estudo do *corpus*, relativos a imaginários sociodiscursivos e à constituição da voz política e seu reportar pela mídia jornalística, será imprescindível agora mencionar um último eixo teórico. Este parece figurar também na produção do dito político instaurador de um imaginário sociodiscursivo machista sobre o feminino. Trata-se da tentativa de construção estratégica de um efeito de humor, no âmbito do contrato político, em reação a uma intervenção midiática atenta à demanda da instância cidadã.

Em linhas gerais, vale ressaltar que, nesta pesquisa, o humor é tratado, na perspectiva dos estudos da linguagem, como um efeito de procedimentos linguageiros, dentro de um quadro enunciativo e temático,

tendo assim valor como ato discursivo (CHARAUDEAU, 2006c). A percepção de que o fato humorístico variará em conformidade à cultura em que os grupos estejam inseridos, já estando em Bergson (1987), manifesta-se também nos estudos de Charaudeau (2006c). Nesse sentido, o ato humorístico é tomado como uma ação inscrita em determinada situação enunciativa. Assim, para a sua descrição, é necessário pensar essa situação, em que o ato aparece, considerando a presença de três protagonistas: o locutor, o destinatário e o alvo.

Além disso, há que se considerar, neste estudo, a temática do texto humorístico na relação com a *doxa*, baseada em imaginários sociodiscursivos. E, também, há que se focalizar os procedimentos languageiros geradores do ato, os quais são divididos em linguísticos (dados por mecanismos léxico-sintático-semânticos) e discursivos (dados pelo jogo enunciativo e pelo jogo semântico/temático). Por fim, são tratados os efeitos possíveis do ato humorístico, variáveis conforme o tipo de convivência estabelecida entre os protagonistas do quadro enunciativo.

Frente ao exemplar do *corpus* que será adiante analisado, vislumbre-se, desde aqui, portanto, que esta pesquisa recorre bastante aos estudos de Charaudeau (2006c), sem deixar de considerar as pesquisas de Bergson (1987) acerca das significações sociais do riso, no âmbito, sobretudo, da comicidade de caráter, relacionadas à humilhação, ao apontamento de defeitos e ao castigo. Dialogando também com Possenti (1998), explora-se a materialidade do texto, e, com Travaglia (1989), a ideia de que o humor pode ser pensado à luz do assunto e de mecanismos provocadores. Ainda, com Marques (2021), assume-se o humor como um fenômeno de caráter multidisciplinar e paradoxal.

Por fim, após considerações a variados eixos teóricos fundamentais à análise subsequente do *corpus*, não será possível o escape quanto à retomada da abordagem de um último aspecto central à pesquisa proposta. Trata-se da interação entre os setores político e midiático e a conseqüente metamorfose do discurso político “ao sabor da influência que sofre” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 31) pelo jornalístico. Ocupando um lugar de mediação, a instância

jornalística atua sobre a instância política, localizada no espaço da governança, sob a égide de um duplo enfoque: de cooptação (espetacularização) e de credibilidade (exibição), como assevera Charaudeau:

O discurso da instância midiática encontra-se, portanto, como já discutimos, entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 63)

Neste trabalho, quanto ao enfoque da cooptação midiática, almejamos fazer o exame da espetacularização encenada a propósito da fala política que tematiza o feminino. Sob essa direção, considera-se que tal “dramaturgia consiste, para uma grande parte, em uma guerra de imagens para conquistar imaginários sociais” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 85) e também para projetá-los, (in)conscientemente.

Já quanto ao enfoque da credibilidade midiática, recrutamos a interpelação do discurso político pelo midiático, com vistas a atestar em que medida há denúncias ou consentimentos, por parte da imprensa, relativamente ao imaginário sociodiscursivo de apagamento simbólico/estereotipagem da mulher.

Todo esse encaminhamento teórico-metodológico aplicado à análise dos ditos relatados de políticos pela mídia, acerca da representação do feminino, pretende ser mecanismo para desvendar certo (des)acordo discursivo. A este (des)acordo se entregam políticos e mídia jornalística diante do objetivo de impactar mentes sobre os imaginários sociodiscursivos postos em cena acerca da mulher.

Diante do painel teórico-metodológico apresentado e tendo em vista o objeto de estudo e os objetivos já delineados, partiremos, na próxima seção, para a análise do *corpus*. Tal exame será feito sob uma feição qualitativa e sob tripla dimensão (situacional, discursiva e formal). Em razão dos limites impostos por um artigo, será examinado apenas um dito,

em sua versão original e derivada. Trata-se, como se verá adiante, de uma voz política nacional, enunciada, primeiramente, na rede social *Twitter* e, posteriormente, relatada por um portal de notícias de grande expressão no país, o *g1* (do *Grupo Globo*).

2. Da trajetória da voz política de origem

Para constatar e, em etapa posterior, examinar e discutir esse ainda resistente paradigma de ataque à mulher em nossa sociedade, voltemos nossa atenção a regimes de enunciação sobre o feminino ofertados pelos domínios discursivos político e jornalístico. Particularmente, neste artigo, focalizamos, como já anunciado, vozes de representação da mulher que circulam sob a determinação do contrato comunicativo político mediado pela mídia jornalística.

Em decorrência dos limites determinados por um artigo, iremos nos debruçar, neste trabalho, sobre a análise de uma voz política, considerando tanto sua forma primeira, quanto sua versão derivada. Assim, como disposto a seguir, o primeiro texto (texto 1) corresponde à enunciação original dada pela voz do político brasileiro Eduardo Bolsonaro² no *Twitter*. O segundo texto (texto 2), por sua vez, diz respeito à reenunciação (versão derivada) dessa mesma voz política editada pela instância jornalística *g1* do *Grupo Globo*³.

2 Eduardo Bolsonaro é carioca, policial federal e político brasileiro filiado ao Partido Liberal (PL). Filho do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, é deputado federal pelo estado de São Paulo desde 2015. Em 2018, foi reeleito deputado federal, com 1.843.735 votos, sendo o mais votado da história do país. Já em 2022, embora tenha sido eleito para o terceiro mandato, perdeu cerca de 1,1 milhão de votos em comparação com 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Bolsonaro.

3 O *g1* é um portal de notícias mantido pelo Grupo Globo e orientado pela Central Globo de Jornalismo. Tendo entrado no ar em 18 de setembro de 2006, é, atualmente, líder de audiência no jornalismo digital no Brasil. O portal disponibiliza conteúdo de jornalismo das diversas empresas do Grupo, como, por exemplo, do Jornal O Globo. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/G1>.

Com a análise da materialidade verbal dos textos selecionados, visamos assinalar representações discursivas da mulher – que circulam publicamente – e evidenciar as condições enunciativas do ataque ao feminino, operado por uma voz identificada como masculina⁴, podendo ser ela não só do próprio político, como também da imprensa que a reenuncia. Sob o trabalho de reenunciação, fato é que jornalistas tecem comentários sobre a atualidade política.

Para conferir maior clareza aos textos do *corpus* principal selecionado, vamos, primeiramente, apresentar o dito de origem (texto 1) no confronto com o dito derivado/reportado (texto 2). A título de contextualização, é válido destacar que o primeiro texto corresponde a uma declaração dada, no dia 03/04/2022, pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro em sua conta no *Twitter*. Por sua vez, o segundo texto corresponde à notícia publicada pelo *gl* (Grupo *Globo*) no dia 04/04/2022.

Declaração de Eduardo Bolsonaro no <i>Twitter</i> (03/04/2022)
Ainda com pena da 🤔 ...

Quadro 1: Texto 1 (*corpus* principal).

4 Nesse ponto, assumimos a perspectiva de Welzer-Lang (1991 apud SAFFIOTI, 1999), segundo a qual “a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante”. Desse modo, a mulher também pode ser “violenta no exercício da função patriarcal ou viriarcal”.

Notícia publicada pelo portal de notícias *g1* (Grupo *Globo*) (04/04/2022)

Parlamentares repudiam deboche de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por Miriam Leitão na ditadura

Em postagem nas redes sociais, deputado fez referência irônica a um dos métodos de tortura empregado contra a jornalista durante o regime militar. PSOL e PCdoB disseram que vão denunciar Eduardo ao Conselho de Ética.

Parlamentares repudiaram nesta segunda-feira (4) o deboche do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com relação à tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura militar (1964-1985).

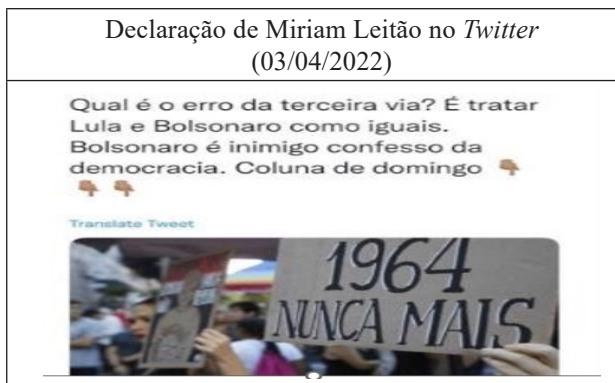
Nas redes sociais, o parlamentar publicou uma resposta a um artigo compartilhado pela jornalista, na tarde deste domingo (3).

Ela escreveu que o presidente da República Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, é um inimigo confesso da democracia. Miriam comentava declarações recentes de ataque de Bolsonaro às instituições democráticas. O deputado então respondeu: “Ainda com pena da [e acrescentou um emoji de cobra]”.

Miriam Leitão foi presa e torturada pelo governo militar durante a ditadura. A jornalista estava grávida. Em uma das sessões de tortura foi deixada nua em uma sala escura com uma cobra...

Quadro 2: Texto 2 (*corpus* principal).

Para contextualizar, é válido dizer que o texto 1 responde a uma declaração dada pela jornalista Miriam Leitão, também no *Twitter*, de que o presidente à época, Jair Bolsonaro, seria “um inimigo confesso da democracia”, conforme o transcrito a seguir:



Quadro 3: Declaração de Miriam Leitão.

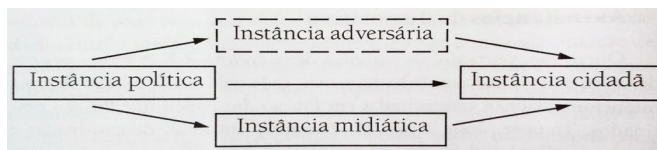
Frente à declaração de Miriam Leitão, o deputado federal Eduardo Bolsonaro se coloca em oposição à jornalista, conforme o enunciado no texto 1 do *corpus* principal. Lá, o deputado faz menção acerca de tortura sofrida pela jornalista durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)⁵. Na sequência, no *gl* (Grupo *Globo*), noticia-se o fato, relatando-se o dito enunciado pelo político, conforme transcrito no texto 2 acima.

Para fins de análise, recorreremos aos textos 1 e 2 (sem deixar de lidar com outros paralelos), com vistas a examiná-los, primordialmente, com apoio no aporte teórico e metodológico da Análise Semiociológica do Discurso (CHARAUDEAU, 2006b). Assim, consideraremos três aspectos: (i) a encenação enunciativa dos sujeitos psicossociais em interação sob um dispositivo duplo, o da política e o da mídia jornalística; (ii) a construção linguístico-discursiva do dito de origem e do dito relatado para alcance dos efeitos de sentido advindos de suas enunciações; e (iii) os imaginários sociodiscursivos correspondentes às vozes projetadas sobre o feminino.

Primeiramente, sob um enquadramento situacional, podemos caracterizar o complexo quadro identitário relativo à fabricação do discurso político midiático. Dos sujeitos em interação, destacamos a presença de: (a) uma instância política (o deputado federal Eduardo Bolsonaro); (b) uma instância adversária (a jornalista Miriam Leitão); (c) uma instância cidadã (cidadãos da cidade do Rio de Janeiro, não mais tomados aqui como público-militante, frente ao diálogo direto projetado pelo parlamentar no *Twitter*, mas sim assumidos como público heterogêneo da grande mídia, frente ao diálogo reenunciado pelo jornal); e (d) uma instância midiática (*gl* – portal de notícias do *Globo*)

O esquema a seguir (CHARAUDEAU, 2006b, p. 56) traduz o dispositivo identitário em foco:

5 Para Lara e Silva (2015), o golpe civil-militar representou a resistência capitalista às possibilidades de reformas e avanços sociais no país. Segundo eles, “por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país...” (p. 277-278).



Quadro 4: Instâncias da ação política.

Para efeito de organização da análise, abordaremos, neste primeiro momento, em dimensão situacional, a caracterização da instância política. Vale lembrar que, nesta pesquisa, objetivamos, primeiramente, examinar as operações linguageiras evocadas a partir do dito de origem advindo da voz política.

Tal instância, relacionada à voz do deputado federal Eduardo Bolsonaro, assume, diante da fala enunciada, o papel de um sujeito dotado de um “poder de fazer pensar” (de manipulação/voz masculina). Tal poder é evocado quando o deputado busca reforçar sua legitimidade social, sobretudo diante da instância adversária (representada pela jornalista Miriam Leitão), e angariar autoridade frente ao interlocutor cúmplice (público-cidadão admitido no circuito do seu reduto eleitoral). Deixa mais clara essa ideia o fato de que, para se defender diante das acusações sofridas frente ao ataque à jornalista Miriam Leitão, Eduardo apela, implicitamente, a uma credibilidade e legitimidade política dada por filiação (origem) e por mandato (estatuto).

Publicado em 04/04/22, o texto 3 a seguir (tomado como *corpus* paralelo da pesquisa) comprova essa apelação:

Declaração de Eduardo Bolsonaro no <i>Twitter</i> (04/04/2022)
Me odeiam, desejam a morte de minha família e agora pedem respeito e querem minha cassação por eu ter feito uma piada. A verdade é que o povo já não conhece mais a verdade pelos olhos da Globo. Daí meus inimigos apelarem para o tapetão.

Quadro 5: Texto 3 (*corpus* paralelo).

Ao dizer: “desejam a morte da minha *família*” e “querem a minha *cassação*”, ele deseja estabelecer, ainda que indiretamente, que, sendo filho do presidente em exercício (status de) e parlamentar (poder de), seria uma fonte de verdade e teria todo direito (por legitimidade) de fazer o que ele chama de “piada” com a jornalista: “por eu ter feito uma *piada*”. Conforme Charaudeau,

a legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros do grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo status e poderes a seus atores (2006b, p. 65)

No contraponto, diante tanto da primeira postagem (texto 1 do *corpus* principal), quanto de outras falas decorrentes, como a transcrita abaixo sob a designação texto 4 (do *corpus* paralelo):

Declaração de Eduardo Bolsonaro para o canal do *Youtube* Expressão Brasil (05/04/2022)

A Miriam Leitão certamente não se sentiu ofendida, ela só tem a palavra dela, dizendo que foi vítima de uma tortura psicológica quando foi jogada dentro de uma cela junto com uma cobra. Eu já fico com a pulga atrás da orelha, porque você **não tem um vídeo, não tem outras testemunhas, não tem uma prova documental**, não tem absolutamente nada.

Quadro 6: Texto 4 (*corpus* paralelo).

o deputado federal Bolsonaro busca submeter a jornalista Míriam Leitão (instância adversária/voz feminina) ao descrédito, frente à sua capacidade jornalística de dizer e de fazer, ao acusá-la, implicitamente, de mentirosa (“*you não tem um vídeo, não tem outras testemunhas, não tem uma prova documental, não tem absolutamente nada*”).

Assim, fica nítido o intuito do parlamentar, sob a égide de uma violência simbólica, de atacar a colunista, sublinhando a oposição entre a plena legitimidade dele (filho do presidente e parlamentar fonte de verdade)

e a falta de credibilidade dela (jornalista mentirosa). A propósito, a jornalista parece ser tomada como metonímia da própria Rede Globo e acusada de produzir inverdades: “*A verdade é que o povo não conhece mais a verdade pelos olhos da Globo*”.

Com apoio nessas referências, Eduardo Bolsonaro critica Leitão relativamente às acusações feitas pela jornalista ao perfil ditatorial do governo Bolsonaro. Simultaneamente, atua buscando apoio do seu reduto eleitoral ao falar (texto 1 do *corpus* principal), primeiramente, em sua conta no *Twitter* – projetando uma instância cidadã cúmplice. Depois, em menção ao povo, faz referência a um interlocutor indeterminado, de potencial valor alocutivo (“*você não tem um vídeo, não tem outras testemunhas*” – texto 4 do *corpus* paralelo/ “*A verdade é que o povo já não conhece mais a verdade pelos olhos da Globo*” – texto 3 do *corpus* paralelo), que buscar seduzir.

Em continuidade, ainda considerando a atuação da instância política com base em sua fala de origem, mas no quadro das dimensões discursiva e formal, flagramos, nos trechos selecionados, o uso de outras estratégias por parte do deputado federal Eduardo Bolsonaro. No quadro de uma dramaturgia política comandada sobretudo pelas emoções (*pathos*), o emprego de tais estratégias delineia-se por apelo aos seguintes momentos da argumentação (*logos*), a saber: (i) descrição de um quadro de desordem social associado ao comportamento da mulher; (ii) indicação da mulher como responsável pelo mal estabelecido; (iii) defesa de valores supremos antagônicos aos representados pela mulher; (iv) reparação do mal, encarnado pela mulher, com apoio na intervenção do herói, ou seja, do político que se assume como liderança exemplar (*ethos*).

Dentro desse enquadramento, o filho do presidente, para defender o pai da acusação de Leitão, ataca a pessoa da jornalista, no âmbito de um dos polos de constituição do discurso político, a saber: a desqualificação do adversário (CHARAUDEAU, 2006b, p. 92). Da análise do *corpus* principal em tela, o que se depreende é uma redução da argumentação (*logos*) do deputado federal ao procedimento, de nome latino, conhecido como argumento *ad hominem*

(argumento dirigido à pessoa). Por meio dessa argumentação, os méritos inerentes à temática discutida dão lugar à desqualificação do adversário, seja por contestação ao seu caráter, à sua parcialidade, à sua competência e à sua honorabilidade (FIORIN, 2017, p. 171) e, no caso em tela, também a seu gênero, conforme será atestado.

Tais estratégias de desqualificação da instância adversária são ativadas pelo emprego de procedimentos discursivos materializados por certas recorrências formais (CHARAUDEAU, 2006b, p. 92). Na sequência, apresentamos, exemplificamos e explicamos cada um dos referidos procedimentos, sendo o primeiro a (i) descrição da imagem negativa da adversária: (a) *“Ainda com pena da [um emoji de cobra].”*

De acordo com esse procedimento, a instância política ataca a instância adversária, inclinando-se sobre uma característica historicamente ligada ao feminino em perspectiva negativa, qual seja, a da malícia da mulher. Para melhor entendimento dessa evocação, há que se explicar o contexto da descrição proposta e as metáforas e referências colocadas em cena.

Quanto ao contexto aludido, a voz política, ao mencionar a imagem da cobra, traz à tona o fato histórico de que, grávida, a jornalista Míriam Leitão fora confinada, pelos algozes da ditadura militar, em uma sala escura onde teria sido colocada ao lado do réptil. Relativamente à metáfora suscitada a partir dessa lembrança, a instância política procura evocar, subliminarmente, a dimensão negativa associada, em termos de representações sociais, à imagem da cobra, relacionando-a ao engano, à traição e à falsidade (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2008). E o faz para fortalecer a desqualificação que pretende estabelecer sobre a instância adversária.

Ao dizer: *“Ainda com pena da [um emoji de cobra]”*, sugere que a perversidade da adversária seria potencialmente maior do que a do próprio animal, bastante conhecido pela crueldade de seu veneno. Com essa remissão, objetiva, no âmbito de um ataque pessoal direto, atingir o comportamento ético da oponente, ressaltando, em tom superlativo, não ser ela digna de

confiança. Assim, a voz política busca silenciar a voz adversária ao pôr em xeque sua confiabilidade.

Sob esse prisma, é oportuno destacar que, no curso da história, a cobra tem sido usada como uma metáfora para a representação de mulheres. Em estudo acerca de metáforas sobre a mulher, Lopes (2010) pondera que “metáforas cujo domínio-fonte são cobras, serpentes, víboras e jararacas, considerando a mulher como temperamental, talvez provenham do mito bíblico, que apresenta uma relação muito estreita entre a mulher, a cobra e a traição”. Esse pensamento misógino avança bastante na Idade Média, desde, por exemplo, o que se constata da passagem escriturística, em que se diz da malícia da mulher: “Toda malícia é leve, comparada com a malícia de uma mulher” (KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 689) e ecoa até os nossos dias.

A partir de dados recolhidos de revistas, material online e expressões utilizadas na vida cotidiana da contemporaneidade, Lopes (2010) constata regularidades de uso das seguintes expressões: (i) ela é uma cobra; (ii) uma serpente; (iii) uma víbora; (iv) uma jararaca. Dentre várias considerações a respeito dessas recorrências, a autora afirma ser possível “encontrar alguma similaridade entre essas espécies animais e o comportamento ácido, temperamental e instável de algumas mulheres, somente por extensão do traço ser venenoso” (LOPES, 2010, p. 113).

Filiando-se a um saber de crença compartilhado acerca da mulher, constrói-se um imaginário de destempero para o feminino em consideração à ideia estereotipada de que mulheres seriam de difícil convivência, intolerantes e insuportáveis. Apropriando-se desses estereótipos difundidos sobre o feminino, Eduardo Bolsonaro visa, enfim, lembrar a ameaça que Míriam Leitão representa para o quadro político.

Ao fazê-lo, chama à cena, além do argumento de prova pela desqualificação da adversária, o argumento por analogia, produzindo, assim, pela metáfora evocada (entre mulher e cobra), um efeito violento impactante. Tal efeito, aliás, parece se dar com base na normatização da violência

simbólica contra as mulheres, o que deveria ser, com frequência, contestado. Nas palavras de Hooks, seria preciso denunciar atos de violência

como expressão de relações de poder pervertidas, como uma falta de controle sobre as próprias ações, de impotência emocional, irracionalidade extrema e, em muitos casos, completa insanidade. A internalização passiva da ideologia sexista é o que faz com que esse comportamento deturpado seja interpretado positivamente. Enquanto os homens sofrerem uma lavagem cerebral para equacionar o comportamento abusivo e violento em relação às mulheres como o exercício de privilégios, eles não terão uma compreensão dos danos que causam a si mesmos ou a outros, nem terão, assim, nenhum motivo para mudar (HOOKS, 2019, p. 123).

A esse respeito também assim se pronuncia Lélia Gonzalez no âmbito dos estudos brasileiros sobre o feminino e na perspectiva da interseccionalidade com raça e classe, que trata de dar sempre mais clareza à opressão sexista: “As sociedades que vieram a constituir a América Latina foram herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas” (GONZALEZ, 1988, p. 73). Ressalta Gonzalez, que, justamente em face da resistência dessas sociedades, dos colonizados, a violência acabou por assumir “novos contornos, mais sofisticados, chegando, às vezes a não parecer violência, mas verdadeira superioridade” (GONZALEZ, 1988, p. 71).

No quadro da dramaturgia capturada a partir da voz política em foco, delinea-se, no âmbito da razão e das paixões, recorrente percurso. No escopo das emoções (*pathos*), tomando a mulher como um mal existente e que deve ser reparado por uma espécie de salvador da pátria, a instância política encarna esse papel de entidade superior insurgindo-se como dotada de legitimidade e de credibilidade. Assim, constrói uma imagem (*ethos*) de herói natural que tem formação, filiação e/ou mandato adequados, além de crédito, para naturalizar e justificar (*logos*) a violência cometida.

Na sequência, como segunda estratégia de desqualificação da adversária, destacamos a que se segue: (ii) manipulação da imagem adversária por ironia – (b) “*Ainda com pena da [um emoji de cobra].*”

Diante do exemplo supracitado, é flagrante também a desqualificação da instância adversária pelo emprego do procedimento da ironia. A ideia pressuposta de que tal construção apela para a ironia encontra respaldo nos seguintes índices: (1) emprego do operador argumentativo “*ainda*” e (2) uso de um “*emoji de cobra*” na sequência à frase em modalidade escrita.

Na mensagem postada por Bolsonaro, “*ainda*” aponta, em tom de galhofa, para o pressuposto de que o sentimento de pena em relação à cobra se estenderia, absurdamente, do período ditatorial (remetendo, pois, a passado longínquo) até os nossos dias. Assim, argumenta, ironicamente, a favor da persistente perversidade de Leitão. Com apoio no emprego desse operador argumentativo, à luz de teorização feita por Koch e Elias (2016), o locutor em tela desvela o seu ponto de vista sobre o alvo, procurando direcionar o interlocutor cúmplice a aderir à sua posição.

Quanto à função discursiva do *emoji*, empregado em substituição à palavra *cobra*, flagra-se também a ironia como uma das formas de expressão de emoção no *Twitter*, conforme postulações de Paiva de Oliveira (2016, p. 395). Nesse contexto de interação, ao mesmo tempo em que o enunciador tenta transmitir, de forma mais sintética, o sentido da mensagem que produz, o faz buscando desencadear efeitos de significação mais amplos e fortes, especialmente ligados à emoção.

O *emoji de cobra* empregado no tuíte do deputado Bolsonaro traz, estrategicamente, sentidos filiados ao contexto político brasileiro, de ontem e de hoje, que ultrapassam a mensagem literal de se apiedar de um simples animal da classe dos répteis. Na verdade, o que se propõe é a ridicularização

do alvo de seu ataque, a jornalista Miriam Leitão, ao desacreditar a trajetória de vítima da ditadura já atestada⁶.

Essa proposição dialoga com o que comenta Amossy (2017) acerca de práticas discursivas de violência verbal. Afirma a pesquisadora que tais ações de desvalorização da fala do outro podem ser materializadas por meio do combate à pessoa, com apoio na manipulação da imagem da adversária por ironia. Mais especificamente no caso sob análise, a ironia aponta para um deboche cujo intuito é o de desabonar, de modo agressivo, a instância adversária. Assim, evoca-se a *imagem da cobra* para, ironicamente, advogar a favor da perversidade de Leitão na comparação implícita que se procura estabelecer entre ela (mulher) e o animal. A esse respeito, em consonância com pesquisas de Saffioti (1994, p. 443), a violência de gênero, sendo física e/ou psicológica, apresenta-se de modo variado, sendo a ironia naturalizada uma delas.

Adicionalmente, apresentamos uma terceira estratégia acionada para a desqualificação da oponente, a saber: (iii) revelação das contradições da adversária –, com apoio nos fragmentos (c) *“Ainda com pena da [emoji de cobra]”* e (d) *“A verdade é que o povo já não conhece mais a verdade pelos olhos da Globo”*.

De novo, é recorrente, pela voz de Eduardo Bolsonaro, a desqualificação do alvo por recorrência a uma espécie de espelho de contradições. Também com apoio no fragmento (c), o deputado federal sugere algo sobre a jornalista que nada tem a ver com o objeto da contestação, isto é, as críticas que Miriam Leitão faz ao governo Bolsonaro. Dessa forma, a menção à cobra, em dimensão verbovisual, parece implicar uma argumentação contrária à abordagem de Leitão pautada naquilo que parece ser um contraditório da colunista: ser jornalista obediente à verdade dos fatos noticiados e, simultaneamente, ser uma mulher sob suspeita.

6 Trabalhos como o desenvolvido pelo pesquisador Carlo Fico, Professor Titular de História do Brasil da UFRJ, sobre as audiências na Justiça Militar entre 1975 e 1979 revelam evidências de tortura contra presos durante o período ditatorial no Brasil.

Ao evocar implicitamente, em primeira instância, a comparação entre Miriam e a cobra e, na sequência, ao explicitar que “*A verdade é que o povo já não conhece mais a verdade pelos olhos da Globo*”, o deputado tenta fragilizar a imagem da mulher (metonimicamente representante da própria empresa *Globo*) e, por fim, tirar o crédito de sua análise política sobre o governo bolsonarista. E ele o faz não em função de uma contestação aos argumentos levantados pela colunista, mas em razão de uma característica atribuída, por estereotipagem, à mulher. Ao compará-la a uma cobra, reivindica para Leitão a contradição existente entre a falsidade/inverdade de seu posicionamento e a verdade que deve, por dever de ofício, pautar a missão da jornalista.

Frente aos dois “argumentos” delineados pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro visando contestação à análise da jornalista Miriam Leitão sobre o governo de seu pai, evidencia-se que, dentre as estratégias assumidas no interior de seu discurso político, há clara incidência daquelas que vão ao encontro não do ataque às ideias ou ações da jornalista propriamente ditas, porém, principalmente, da desvalorização (gozação) dela enquanto mulher. Nessa direção, pela investigação da fala do deputado em questão, constatamos que, ainda no século XXI, são frequentes vozes políticas orientadas por imaginários sociodiscursivos de opressão à mulher, mesmo entre aquelas mais elitizadas que, teoricamente, estariam mais imunes às manifestações de violência.

3. Da voz política reportada pelas veredas do domínio jornalístico

Toda a discussão proposta até aqui nos encaminha para outro ponto do trabalho. Em continuidade, detalhamos o exame dos procedimentos discursivos mencionados pela filtragem, agora, da dimensão formal do dito relatado. Nessa direção, é válido pontuar que a voz do deputado federal Eduardo Bolsonaro conquista grande divulgação local pela interferência da instância midiática, no caso, pelo *gl* do *Globo*. Tendo como uma de suas

funções ligar a instância política à instância cidadã (formada, no caso, pelos leitores heterogêneos do portal de notícias), o discurso da instância midiática está em

um duplo dispositivo: de exibição, que corresponde à busca de credibilidade, e de espetáculo, que corresponde à busca por cooptação. Esta última adquire uma posição dominante no circuito de informação a ponto de não se saber mais qual crédito conceder à instância midiática. Isso não impede que o discurso que a justifica avance em seu dever de informar e de promover o debate democrático, de maneira a ser reconhecido seu direito de fazer revelações e de denunciar. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 63)

Pelo emprego estratégico do dito reportado no *gl*, é possível capturar a declaração de Eduardo Bolsonaro e, a partir daí, desvelar o que parece estar implícito no discurso do político. Além disso, a investigação em pauta torna possível verificar em que medida a mídia jornalística repudia ou acolhe a voz política colocada em cena quando do ataque ao feminino. Para isso, assumimos dois distintos parâmetros de exame relativamente à composição do dito relatado: menção às vozes e modo de reportá-las (CHARAUDEAU, 2006a).

Inicialmente, com base no parâmetro de avaliação “modo de identificação de dados contextuais” – relativo à designação da voz política original – constatamos que, no jornal focalizado, há referência a Eduardo Bolsonaro sob dupla enunciação. Não só a referência se dá por apelo ao seu prenome e sobrenome, mas também à sua vinculação política em cenário nacional, com inclusão também de sua filiação partidária, como “*deputado*”, “*parlamentar*” e “*deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)*”. Os fragmentos transcritos mostram essas formas de identificação: “Parlamentares repudiam deboche de *Eduardo Bolsonaro*”; “PSOL e PCdoB disseram que vão denunciar *Eduardo* ao Conselho de Ética”; “Em postagem nas redes sociais, *deputado* fez referência irônica”; “Nas redes sociais, *o parlamentar* publicou uma resposta”; e “o deboche do *deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)*”.

Simultaneamente, a primeira referência à colunista ocorre com base também em seu nome na íntegra e em sua função profissional: “Parlamentares repudiam deboche de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por *Miriam Leitão* na ditadura”; “deputado fez referência irônica a um dos métodos de tortura empregado contra *a jornalista* durante o regime militar”; e “o deboche do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com relação à tortura sofrida pela *jornalista Miriam Leitão* durante a ditadura militar (1964-1985)”.

Os dados supracitados demonstram a tendência de maior afastamento de grupos jornalísticos de referência⁷, como o Grupo *Globo*, na evocação feita a imagens de pessoas públicas. Apesar de tal referenciação ser verificada em relação a ambos (o deputado federal e a jornalista), chama atenção que, no desdobramento da menção, verifiquem-se divergências.

Na notícia (texto 2 do *corpus* principal), as expressões “*a jornalista*” e “*a jornalista Miriam Leitão*” e o pronome anafórico “*ela*” (“*Ela* escreveu que o presidente da República Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, é um inimigo confesso da democracia”) remetem ao termo “*Miriam Leitão*”, antes mencionado, o que evidencia uma referência de ordem menos pessoal. Por sua vez, sendo a expressão “*Eduardo Bolsonaro*” retomada, indiretamente, por “pai de *Eduardo*”, como se evidencia acima, coloca-se em cena uma associação entre o parlamentar e sua filiação. Assim, a instância midiática parece lançar luzes sobre um repúdio de cunho pessoal por parte de Bolsonaro, de feito similar ao do próprio pai, a saber: o da intolerância à democracia (“inimigo confesso da democracia”).

Quanto aos efeitos de sentido oriundos de categorias linguísticas de modalização que constituem os modos de declaração do jornal e acentuam seu “posicionamento” – enquanto instância relatora –, podemos tirar algumas conclusões. Sobre essas categorias, consideremos os três trechos a seguir,

7 Essa classificação feita por Amaral (2006) indica a ideia de que se trata de jornal destinado às classes A e B, além de ser veículo agregador de prestígio e de credibilidade diante de formadores de opinião.

extraídos da notícia do *gl/Grupo Globo* (texto 2 do *corpus* principal) transcrita acima: a) “Parlamentares repudiam *deboche* de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por Miriam Leitão na ditadura.”; b) “Em postagem nas redes sociais, deputado *fez referência irônica* a um dos métodos de tortura empregado contra a jornalista durante o regime militar.”; c) “Parlamentares repudiaram nesta segunda-feira *o deboche* do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com relação à tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura militar (1964-1985).”

Em primeiro lugar, chama atenção o fato de a instância midiática retratar – por três vezes – que a declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro, no *Twitter*, ensejou um tom inadequado relativamente à pessoa da jornalista Miriam Leitão (alvo da mensagem de Eduardo Bolsonaro). Isso se comprova por a introdução à fala dele se dar a partir das expressões: “*deboche*” e “*referência irônica*”. Estas apontam para a imagem que o locutor-relator (Grupo *Globo*) estabelece quanto à intencionalidade que o locutor de origem (Eduardo Bolsonaro) teve ou teria frente à sua afirmação. Ao mesmo tempo, evidenciam o posicionamento ideológico subjacente à instância jornalística.

A recuperação do dito do deputado federal pelo uso das expressões nominais supracitadas assegura, explicitamente, a orientação argumentativa assumida pelo portal de notícias *gl* (Grupo *Globo*) frente ao dizer do parlamentar sobre a jornalista. A seleção dos dois termos, cujas acepções correspondem, respectivamente, a: (i) zombaria explícita e veemente; desprezo irônico e (ii) expressão de caráter sarcástico (HOUAISS; VILLAR; DE MELLO FRANCO, 2001, p. 915 e 1651), faz uma espécie de radiografia da consideração que a instância midiática elabora acerca da fala do deputado.

Sob a reenunciação em tela, parece ficar claro que, “Em postagem nas redes sociais”, a voz política (“*deputado*” e “*deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)*”), aborda, em tom de galhofa (“*deboche de Eduardo Bolsonaro*”, “*deputado fez referência irônica*” e “*o deboche do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP)*”), tema de grande seriedade (“*tortura sofrida por Miriam Leitão na ditadura*”).

Assim, o Jornal anuncia que o deputado desprende-se sobremaneira do que deveria ser o assunto de seu ataque (as acusações de Miriam à atuação política do presidente Bolsonaro), fazendo-o pairar sobre a figura feminina que o contesta. Os trechos a seguir são comprobatórias dessa informação: “deboche de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por Miriam Leitão na ditadura”; “deputado faz referência irônica a um dos métodos de tortura empregado contra a jornalista durante o regime militar”; e “o deboche do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) com relação à tortura sofrida pela jornalista Miriam Leitão durante a ditadura militar (1964-1985)”.

Na continuidade do exame dos tipos de discurso relatado, consideremos mais duas ocorrências retiradas do extrato selecionado do *corpus* principal, correspondente ao texto 1: a) “Nas redes sociais *o parlamentar publicou uma resposta* a um artigo compartilhado pela jornalista na tarde deste domingo.” e b) “Ela *escreveu* que o presidente da República Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, é um inimigo confesso da democracia. Miriam comentava declarações recentes de ataque de Bolsonaro às instituições democráticas. O deputado *então respondeu*: ‘Ainda com pena da [emoji de cobra]’”.

No primeiro caso, verificamos um ato de dizer que é modalizado pela categoria da declaração, no âmbito do discurso narrativizado, associado à voz do locutor-relator: “*o parlamentar publicou*”. Trata-se de verbo de dizer (“*publicou*”) que se insere no grupo daqueles indicadores de posições oficiais (MARCUSCHI, 1991), sendo tal posição assumida, por legitimidade, pelo deputado federal em questão. Também, o emprego do verbo de dizer “*escreveu*”, em: “Ela *escreveu* que o presidente da República Jair Bolsonaro...”, enseja a perspectiva do posicionamento oficial. Como colunista de política/economia de *O Globo*, Miriam angaria legitimidade para escrever sobre o tema.

Retomando o emprego do verbo “*publicou*” e agora também de parte de seu predicado (“*uma resposta*”), o próprio dito de origem acaba sendo sintetizado por apelo ao nome “*resposta*”. O emprego desse substantivo, bem como, na continuidade do texto, o do verbo “*respondeu*”, antecedido pelo

articulador conclusivo “*então*” (“O deputado *então respondeu*”), apontam para uma espécie de organização de aspecto conflituoso que aqui se encena.

Em outros termos, sob o regime do discurso relatado, o jornal em questão retoma a fala de Eduardo Bolsonaro exibindo conflitos em série, notadamente introduzidos por verbos indicadores de retomadas opositivas (MARCUSCHI, 1991) estabelecidas entre, primeiramente, o presidente Bolsonaro e a colunista Miriam Leitão. No trecho: “Miriam *comentava* declarações recentes de ataque de Bolsonaro às instituições democráticas”, o uso do verbo “*comentava*” explicita o efeito de sentido do conflito entre o ataque do presidente à democracia e a crítica da colunista às ideias presidenciais. Já em: “O deputado *então respondeu*: ‘Ainda com pena da [emoji de cobra]’”, depreende-se a troca opositiva entre Miriam Leitão e Eduardo Bolsonaro. O emprego do verbo “*respondeu*” evoca também o dito aspecto conflituoso entre a crítica de Miriam Leitão às declarações antidemocráticas do presidente e o ataque de Eduardo Bolsonaro à pessoa da jornalista.

Assim, não resta dúvida de que o Jornal, com apoio nos verbos que seleciona, procura evidenciar as trocas conflituosas estabelecidas entre os protagonistas da cena de enunciação. E o faz sem deixar de denunciar, com apoio também nos outros recursos selecionados, a instauração de um enunciar político voltado ao ataque à voz feminina.

4. Da voz política justificada pelas rotas do humor

Para finalizar, colocamos em cena outro ponto importante da discussão: o efeito de humor no escopo do contrato político em decorrência de desdobramentos no quadro da mediação jornalística. Conforme o que retomaremos a seguir, constataremos que enunciações da instância política sobre a mulher parecem ser, frequentemente, atravessadas pelo fio do humor para que o ataque ao feminino soe como algo normal, natural. Nesse sentido, a voz política pretende se eximir da típica mola ideológica machista do discurso e, em paralelo, mostrar divergência frente às críticas recebidas.

Assim, reivindica, invariavelmente, para o seu dizer um efeito de mera brincadeira, uma vez que percebe que sua ação política “encontra-se sob a dependência da midiática da opinião” (CHARAUDEAU, 2006c, p. 26). A declaração dada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, após repercussão de sua postagem sobre Miriam Leitão, revela a tentativa do parlamentar de justificar o deboche à instância adversária. Tal justificativa encontra apoio no argumento de que se fez apenas uma brincadeira, conforme excerto extraído do texto 3 acima: “[...] *cassação por eu ter feito uma piada*”.

A orientação enunciativa de que seu dizer seria somente “*uma piada*” ou uma brincadeira contrapõe-se às ideias de Bergson em sua teorização sobre o humor. Na verdade, essa forma de agir verbalmente sobre o outro identifica-se àquela espécie de “trote social” (BERGSON, 1987, p. 101), cujo objetivo é o de apontar defeitos e de se vingar da sociedade em relação ao alvo do ataque.

Diante da ocorrência sob exame, a instância política faz uso de artifícios para humilhar a instância adversária, instigando, inclusive, a coletividade ao riso. Esse riso coletivo – da instância cidadã cúmplice/testemunha somada à da instância política – é flagrado quando a voz do político debocha do comportamento da adversária (alvo), no tocante à sua vida pessoal, e aposta na adesão ao ataque. Tendo a mensagem de Eduardo Bolsonaro sido publicada em sua conta do *Twitter*, é possível flagrar a frequência e qualidade do apoio de seus seguidores. Em números, constatamos que a postagem em tela, à época da consulta, fora curtida por 10.000 usuários e repostada por 2.536 pessoas.

Ao buscar a interlocução de seus pares, em primeiro plano, o enunciador Eduardo Bolsonaro parece desejar se filiar ao contrato humorístico e, nesse caso, suspender o teor de violência que emerge da desqualificação de seu alvo: a colunista Miriam Leitão. Em segundo plano, entretanto, à luz do contexto identitário projetado, é o político que se pronuncia para interpretantes que ultrapassam os destinatários cúmplices idealizados.

Há que se ressaltar, uma vez mais, que esse pronunciamento é reeditado pelo contrato midiático, segundo o qual a nova situação enunciativa não corresponde àquela própria do humor. Lembra Charaudeau (2019, p. 461-

462) que, diante de um quadro como o analisado, o efeito catártico do humor não pode ser autorizado, uma vez que a instância enunciativa é interpretada como aquela cuja intenção é a de ferir o adversário.

A esse respeito, o teórico acrescenta ainda que, embora a instância política possa fazer uso do humor, importa destacar que uma narrativa relatada de modo humorístico

pode produzir um efeito de angústia sobre o interlocutor em razão do que isso evoca em sua memória [...]. Desse modo o sujeito que fala deve saber escolher universos de crença específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público em função do efeito que espera produzir nele. O discurso político dirige-se a um auditório que é tomado tanto como ser universal quanto como ser particular, ou ainda como os dois simultaneamente (CHARAUDEAU, 2006c, p. 90).

De acordo com Marques (2021), embora o humor seja um modo de dizer lúdico (sendo saudável nesse sentido), pode ser também uma prática discursiva disruptiva na exposição estereotipada do outro. A pesquisadora destaca, assim, que os contratos atuais, não compactuando mais com a agressão aos grupos subalternizados, como o das mulheres, não admitem mais jogos de humor depreciativos.

Diante do exemplo investigado, calcado sobre o jogo enunciativo da ironia, particularmente agressiva, usada para destacar o ridículo de seu adversário político, percebemos a produção, enfim, de um efeito de angústia, de convivência cínica na relação que se estabelece entre a instância enunciativa e o destinatário cúmplice projetado. Ao sugerir que Leitão (no escopo da ideia de que mulheres podem se associar ao caráter de traição das serpentes) seria mais perversa do que a cobra que a teria torturado, a instância política deseja compartilhar, sob a égide da supremacia machista, o ataque a valores tomados como universais e positivos.

Dando continuidade à análise dos pronunciamentos de Eduardo Bolsonaro, tendo em vista ainda os efeitos de sentido de humor pretendidos

pelo político, verifica-se que ele busca se inocentar diante da repercussão negativa de seu dizer. Desse modo, intenciona conquistar o público em nome de uma conivência denominada de brincadeira, definida como aquela cujo objetivo é a anulação de um efeito de seriedade e de agressividade.

A propósito, esse mencionado efeito de brincadeira (*plaisanterie*) é, conforme anteriormente citado, frequente em comentários posteriores a uma réplica, quando se estabelece o desejo de reivindicação ao direito de se lançar uma piada. Quando diz: “*querem minha cassação por eu ter feito uma piada*”, o parlamentar Eduardo Bolsonaro se coloca no papel daquele que teria o direito de fazer uma graça, almejando, com isso, suspender o caráter de frivolidade de que é acusado. E mais, procura se defender ao contrapor o ataque da oposição à sua família – tomado como algo grave – à piada que faz com a mulher jornalista, tomada como mera brincadeira. No entanto, como ressalta Charaudeau (2006, 2011), essa designada mera brincadeira estaria sempre vinculada a certa crítica, ainda que implicitamente.

Na esteira desse exame sobre as relações entre o contrato humorístico, o político e o midiático, fazemos referência ainda aos estudos de Travaglia (1989) e Possenti (1998). No quadro da subcategoria social do feminino, com apoio no critério assunto, dado por Travaglia (1989), a instância política em tela visa suscitar o riso ao atribuir à voz feminina características ligadas à traição, à falsidade e à intolerância pela evocação, por parte de Eduardo Bolsonaro, da metáfora da cobra, com a qual, (in)diretamente, Miriam Leitão é comparada.

E essa associação pressuposta, considerando as ideias de Possenti (1998) sobre o “como” do humor, leva em conta a categoria discursiva da ironia advinda, no caso, de estereotipagens sobre o feminino. No curso da história, contestações de mulheres têm sido lidas como resultantes de pensamentos intolerantes e assumidas como pouco confiáveis. Sob esse viés, estaria, justamente, uma das facetas da violência do discurso político sobre o feminino. A exemplo do que o jornalismo fala sobre mulheres candidatas ou eleitas, segundo Ross (2002 apud SARMENTO et al., 2019, p. 81), via de

regra, elas são avaliadas, pela voz política, segundo traços de personalidade, sendo pouco tratadas como interlocutoras sérias.

Em suma, do exame realizado, constata-se que, uma vez mais, a voz política de Eduardo Bolsonaro ecoa inegável expressão violenta de ataque contra a pessoa, sua função social e seu gênero. O ato de virulência em questão, que recai sobre a jornalista, particularmente, e sobre as mulheres, em geral, insurge-se agora menos timidamente. O que significa dizer que se dá via denúncia feita pelo Jornal quando relata o dito, rotulando-o, criticamente, como um “*deboche*” e uma “*referência irônica*”.

Segundo essa direção, a imprensa é concebida como o que apresenta construções que condicionam “percepções, integrando o repertório de sensações e afetações disponíveis” (MAJEROWICZ, 2015, p. 102), contribuindo, pois, para o processamento também de emoções. Diante do *corpus* examinado, verificamos que, ao mencionar representações que reforçam estereótipos sobre a mulher, o *gl* (Grupo *Globo*) trata, pois, de contestá-las, buscando, inclusive, pela visada da captação, tocar na emoção de seu público leitor.

A análise exposta, de potencial viés qualitativo, permitiu o alcance de alguma constatação para os estudos contemporâneos de política, feminino e mídia jornalística, concernente a regimes de enunciação violenta contra a mulher no panorama nacional. Na sequência, em diálogo com o que foi atestado até aqui, descrevemos as principais conclusões alcançadas.

Das resistências da/à violência contra a mulher nas vias político-midiáticas

Sob uma tripla dimensão – situacional, discursiva e formal –, investigamos, qualitativamente, o *corpus* em tela, visando descortinar comportamentos discursivos da voz política em suas versão original e reportada. Mais especificamente, esse desvendamento foi feito com vistas a mapearmos os imaginários sociodiscursivos acerca do feminino advindos

tanto do dizer político, quanto de sua reenunção pela mídia jornalística. Seguindo esse percurso, buscamos verificar se as falas enunciadas pela instância política e também editadas pela instância midiática têm contribuído (ou não) para a naturalização de um sentido estereotipado hegemônico acerca do feminino.

Assim, para arrematar este artigo, após tecidas considerações sobre: (i) a *mise en scène* enunciativa dos sujeitos psicossociais – o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o portal de notícias do Grupo *Globo* (*gl*) – em interação com uma instância adversária – a jornalista Miriam Leitão – e uma instância cidadã – projetada ora como um público-militante fidelizado, ora como um público-cidadão admitido no circuito das promessas eleitorais, ora como um público heterogêneo da grande mídia jornalística –, tanto sob o dispositivo político quanto sob o midiático; e (ii) a configuração linguístico-discursiva do dito do deputado federal Eduardo Bolsonaro, publicado no *Twitter* e também reportado pelo jornal em tela, foi possível traçar os imaginários sociodiscursivos do feminino correspondentes às vozes projetadas das instâncias política e midiática.

Do lugar de governança – mais especificamente, da instância política –, os exames dos dados levantados nos encaminham à apreensão de um imaginário sociodiscursivo fundado ainda sobre o ataque à mulher. Em contrapartida, parece haver, do lugar de mediação – de modo particular, da instância jornalística –, em conformidade com os dados examinados, a constatação de um outro imaginário sociodiscursivo. Dando visibilidade à estereotipagem da voz feminina praticada pela instância política, a midiática parece considerar colaborar para a contestação de modelos de naturalização de violência contra a mulher. E, nesse sentido, mais do que emitir uma opinião, poderíamos dizer que a resistência midiática seria antes uma ruptura lógica com as opiniões circulantes e dominantes (BADIOU, 1998 apud CHARAUDEAU, 2006b, p. 43).

Enfim, do que analisamos, resultou uma dupla percepção. Por um lado, a voz da instância política – representada pelo deputado Eduardo Bolsonaro⁸ – parece ainda confortável (sobretudo pelo contorno de *piada* que assume), mesmo diante de enunciações públicas, em se demonstrar fundada em um imaginário de naturalização da violência contra a mulher. Por outro lado, a voz da instância midiática, vista no *gl* (Grupo *Globo*⁹), parece dar sinais de filiação a um imaginário sociodiscursivo de refutação à misoginia.

Frente ao exposto, podemos sublinhar que a fala política evocada neste estudo demonstra ainda franca exacerbação de uma virilidade (GAZALÉ, 2017). Tal estado viril se oferece como performance de uma masculinidade que se deseja alcançar ao colocar, em constante toada, a mulher em posição de subalternidade.

Nesse cenário em que a violência ainda é perpetuada – embora a virilidade venha perdendo a sua força –, procuramos, em suma, com a pesquisa apresentada, trazer alguma contribuição para melhor tratar do ainda persistente ataque verbal às mulheres, sendo sua superação primordial para uma salutar civilização democrática.

Por fim, sendo este artigo parte de uma publicação que homenageia a querida Prof.^a Dr.^a Leonor Lopes Fávero, não poderia fechar o trabalho – em forma de agradecimento – sem dizer que meus estudos sobre texto e discurso se ancoraram, desde cedo, em muitas de suas ideias. Por meio não só de suas primorosas obras, mas também de suas palestras e minicursos, tendo sido um deles realizado no *campus* da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio

8 Sendo “a instância de produção representada por uma pessoa que é sempre ‘porta-voz’ de um grupo mais ou menos homogêneo: um grupo político por trás de tal homem político ou de tal mulher política” (CHARAUDEAU, 2022, p. 48), ressaltamos, com base na pesquisa mais ampla da qual esta deriva, que a voz política de Eduardo Bolsonaro, de evidente conotação misógina, reverbera o julgamento que o grupo de sujeitos políticos de extrema direita (de que Eduardo Bolsonaro faz parte) defende.

9 É válido ressaltar que o presente estudo se limita à análise de relato dado por instância jornalística do Grupo *Globo*. Para resultados mais conclusivos, não é possível negar que há de se considerar o reportar de outras mídias jornalísticas.

de Janeiro, em fins dos anos 90, pude guardar duas lições que reverberam até hoje em minhas pesquisas e em minha atuação docente.

A primeira delas, de caráter teórico, podendo ser assim traduzida: o texto, considerando os objetivos da Linguística Textual, deve ser tomado não como um produto acabado, mas como processo, de realização social e comunicativa.

A segunda, de feição prática, ecoa das palavras dadas em entrevista aos professores Vanda Maria Elias e Rivaldo Capistrano Júnior em dezembro de 2021:

Ensinar a ler e a escrever é desafiador e requer conhecimentos temáticos e estar consciente das transformações sociais, para embasar seus argumentos, e estratégias linguístico-textuais para se adequar a língua ao contexto situacional, proporcionando que o aluno se torne um autor e não apenas um repetidor de ideias dos outros. (LOPES FÁVERO, 2021, p.21).

Fiel às lições da mestra, neste trabalho, procurei conduzir a análise do *corpus* sem perder de vista jamais o pressuposto de que texto é processo sociocomunicativo. Busquei, enfim, trazer alguma contribuição para os professores de Língua Portuguesa, diante do desafio de ensinar a ler e a escrever, no sentido de oferecer reflexões sobre as estratégias linguístico-textuais ainda ativadas para a permanência da dominação masculina, a despeito do defendido, muitas vezes, pelo senso (“de humor”) comum de que o projeto feminista já teria sido superado.

Referências

AMARAL, M. F. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006. 142 p.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Coordenação de tradução Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017. 224 p.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 512 p.

BARBIERI, L. F. Parlamentares repudiam deboche de Eduardo Bolsonaro à tortura sofrida por Miriam Leitão na ditadura. **O Globo**, Brasília, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/04/parlamentares-repudiam-deboche-de-eduardo-bolsonaro-a-tortura-sofrida-por-miriam-leitao-na-ditadura.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BERGSON, H. **O Riso**. Ensaio sobre a significação do cômico. Tradução da 375ª edição francesa, publicada em 1978. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BIROLI, F. Mídia, Tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200004>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BOLSONARO, E. **Ainda com pena da [emoji de cobra]**. 3 de abr. 2022. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: https://twitter.com/search?q=Bolsonaro%20SP&src=typed_query. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOLSONARO, E. **Me odeiam, desejam a morte de minha família e agora pedem respeito...** 4 de abr. 2022. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: https://twitter.com/search?q=Bolsonaro%20SP&src=typed_query. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 208 p.

BRASIL. Lei n.13.104 de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. 2015. Acesso em: 20 jan. 2023.

BREDA, H. **Les féminismes à l'ére d'internet**: lutter entre anciens et nouveaux espaces médiatiques. Bry-sur-Marne: INA Éditions, 2022. 178 p.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. 555 p.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006a. 288 p.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006b. 328 p.

CHARAUDEAU, P. Des catégories par l’humour? In: **Revue Questions de Communication**, n. 10, Presses Universitaires de Nancy, Nancy, p. 19-41, 2006c. Disponível em: <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/pdf/7688>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CHARAUDEAU, P. Reflexões para a análise da violência verbal. In: **Revista Desenredo**, n. 15, v.3. p. 443-476, 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/9916/114114895>.

CHARAUDEAU, P. **Le discours populiste, un brouillage des enjeux politiques**. Limoges: Les Éditions Lambert-Lucas, 2022a. 134 p.

CHARAUDEAU, P. **A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade**. São Paulo: Contexto, 2022b. 190 p.

CHEVALIER, J-C.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. 995 p.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER. Câmara dos deputados. **Mapa da violência contra a mulher: 2018**. Disponível em: https://assets-dossies-ipg.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/02/FBSP_2018_visivel-invisivel-vitimizacao-de-mulheres.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, G. **Dom de iludir**. Rio de Janeiro: Polygram, 1982 (v.1).

EXPRESSÃO BRASIL. **Entrevista com Eduardo Bolsonaro**. Youtube, 5 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/@expressaobr/streams>. Acesso: 5 abr. 2022.

FERES, B. et al. Mimimi de mulher em memes: referenciação, estereotipagem e reenunciação. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. comemorativo, p. 310-333, 2019.

FILHO, W. H. Entenda a necessidade de se distinguir feminicídio de homicídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/entenda-necessidade-de-se-distinguir-femicidio-de-homicidio-1-22048885>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2017. 272 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 3. ed. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GAZALÉ, O. **Le mythe de la virilité: Un piège pour les deux sexes**. Paris: Robert Laffont, 2017. 518 p.

GOFFMAN, E. **Gender advertisements**. [S. 1.]: Harper Torchbooks, 1976. 84 p.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GRÜNNAGEL, C.; WIESER, D. “O Brasil é um país extremamente machista”: entrevista com Luiz Ruffato. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 45, p. 383-395, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/10023/8856>. Acesso em: 10 fev. 2023.

HOOKS, B. O movimento feminista para acabar com a violência. In: _____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 175-193.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; DE MELLO FRANCO, F. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2.922 p.

KOCH, I.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016. 240 p.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015, 544 p.

LARA, R.; SILVA, M. A. da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LEITÃO, M. **Qual é o erro da terceira via? É tratar Lula e Bolsonaro como iguais...** 3 de abr. 2022. Twitter:@miriamleitao. Disponível em: https://twitter.com/miriamleitao?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 27 jan. 2023.

LOPES, M. I. V. de; MUNGIOLI, M. C. P. Brasil: tempo de séries brasileiras? In: **Relações de gênero na ficção televisiva: anuário Obitel 2015**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 117-160.

LOPES, M. dos S. Metáforas sobre a mulher: uma visão linguística e conceptual. **Revista Linguagem em Foco**, v.2, n. 3, 2010. p.103-119.

LOPES FÁVERO, L.; ELIAS, V. M.; CAPISTRANO JÚNIOR, R. O Texto Na Linguística Textual: Entrevista À Leonor Lopes Fávero. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 16-23, 2021. DOI: 10.47456/pl.v11i29.37214. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/37214>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MAJEROWICZ, F. G. **Corpos que sentem (e emocionam)**: a transexualidade no discurso jornalístico popular. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 93-111.

MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutores de opinião. **Intercom**, São Paulo, v. 14, n. 64, p. 74-92, 1991.

MARQUES, M. A. Humour and Politics. A discursive approach to humour. In: VANDERHEIDEN, E.; MAYER, C. H. (eds.). **The Palgrave Handbook of Humour Research**. Palgrave Macmillan/Springer Nature, 2021. p. 205-225. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-78280-1_11.

MIRANDA, C. M. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. In: SARMENTO, R. et al.; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019, p.153-166.

PAIVA DE OLIVEIRA, V. L. M. e. A linguagem dos emojis. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas. n. 55, v. 2, p. 379-399, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v55n2/0103-1813-tla-55-02-00379.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PLANTIN, C. **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthodes pour l'étude du discours émotionné. Berne: Peter Lang, 2011. 306 p.

POSSENTI, S. **Os humores da língua**. Análises linguísticas de piadas. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998. 160 p.

RIBEIRO, P.; REZENDE, R. Quatro décadas da Revista Claudia: uma cartografia dos imaginários sociodiscursivos do feminino na publicação midiática brasileira. **Revista de Estudos do Discurso**, Portugal, n. 10, p. 276-308, 2021. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/10943/10017>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SAFFIOTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/qKKQXTJ3kQm3D5QMTY5PQqw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 443-461, 1994.

SARMENTO, R. et al. **Feminismos em Rede**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 246 p.

TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. **Estudos Linguísticos e Literários**, Maceió, v. 5 e 6, p. 42-79, 1989. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/artigo_o_que_e_engracado.pdf. Acesso: 18 jun. 2022.